

ANEXO II
AValiação DO Mérito Técnico DO(A) CANDIDATO(A)

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	DESCRIÇÃO DO ITEM		DOCUMENTOS APRESENTADOS	RECURSOS TÉCNICOS	PONTUAÇÃO MÁXIMA PONTUAÇÃO TOTAL	PONTUAÇÃO PRETENDIDA
a) Titulação Técnica Obrigatória (considerar somente a maior titulação)	Graduação		05 pontos	Graduação	30	20 - tema: Arquitetura Escolar: recomendações projetuais para auxílio na inclusão da criança com autismo
	Pós-Graduação nas áreas relacionadas no Anexo I e conforme a Resolução n.º 04/2024/FAPESC, segundo a bolsa pretendida.		20 pontos	Mestrado		
			30 pontos	Doutorado		
b) Titulação Técnica Não Obrigatória	Pós-Graduação nas áreas relacionadas no Anexo I, conforme a modalidade de vaga pretendida.		05 pontos por diploma (máximo 01)	Especialização <i>lato sensu</i> (não obrigatório).	05	01
c) Capacidade Técnica Obrigatória	Capacidade técnica comprovada conforme especificações relacionadas no Anexo I, conforme a bolsa pretendida, nos últimos 05 (cinco) anos		03 pontos por documento (máximo 10 documentos)	Documentos que comprovem a experiência técnica descrita no Anexo I, conforme a modalidade de vaga pretendida.	30	09 - estágio docência na disciplina de ergonomia onde foram desenvolvidos artigos no tema - estágio docência na disciplina de teoria do design contemporâneo onde desenvolvi junto com alunos, livros infantis no universo autista - fui consultora de inclusão e diversidade
d) Produção Científica* (Considerar o WebQualis da CAPES 2017–2020)	Artigo publicado em periódicos, na área pretendida, conforme especificações do Anexo I, nos últimos 05 (cinco) anos (2020–2024)	Qualis A1	30 pontos	Documentos que comprovem a produção científica	35	26 - 01 Capítulos de livro em ISBN - 978-989-53462-0-2, tema: Costura Sobre Projeto Para Pessoas No Espectro Autista: Pesquisas Recentes E Teorias - 01 Capítulos de livro em 978-1-9162129-1-6, tema: ARQUITETURA COMO ELEMENTO DETERMINANTE DA INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO NA ESCOLA
		Qualis A2	26 pontos			
		Qualis A3	21 pontos			
		Qualis A4	15 pontos			
		Qualis B1	12 pontos			
		Qualis B2	10 pontos			
		Qualis B3	06 pontos (máximo 05)			
		Qualis B4	02 pontos (máximo 05)			
	Livro na área pretendida, conforme especificações do Anexo I, nos últimos 05 (cinco) anos		30 pontos (máximo 02)	Com ISBN		
Capítulo de Livro na área pretendida, conforme especificações do Anexo I, nos últimos 05 (cinco) anos		13 pontos (máximo 02)	Com ISBN			
TOTAL					100	56



República Federativa do Brasil
Ministério da Educação

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

O Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições confere o Grau de *Mestra* a

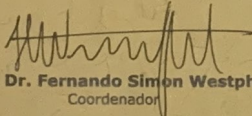
Gabriela Vargas Rodrigues

de nacionalidade *brasileira*, natural do Estado de São Paulo, carteira de identidade com registro geral número 4.414.860/SC e nascida a 15 de dezembro de 1991, pela conclusão do Curso de *Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo* e Defesa Pública de *Dissertação de Mestrado*, realizada em 20 de maio de 2019, outorgando-lhe o título de

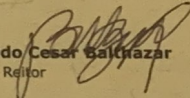
MESTRA em ARQUITETURA E URBANISMO

na Área de Concentração: *Projeto e Tecnologia do Ambiente Construído*, para que possa gozar de todos os direitos e prerrogativas legais.

Florianópolis, 30 de julho de 2019.


Prof. Dr. Fernando Simon Westphal
Coordenador

Gabriela Vargas Rodrigues
Titulada
201704052


Prof. Dr. Ubaldo Cesar Balthazar
Reitor



INSTITUTO FEDERAL
SANTA CATARINA



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA CATARINA

Lei nº 11.892 de 29/12/2008, publicada no D.O.U em 30/12/2008

Diploma

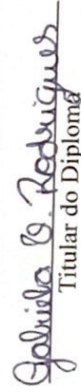
O Diretor Geral do Campus Florianópolis do Instituto Federal de Santa Catarina confere a,

GABRIELA VARGAS RODRIGUES

filho(a) de Valdir Aparecido Rodrigues e de Rosemeri Vargas Rodrigues,
natural de São Paulo - SP nascido(a) em 15 de dezembro de 1991,
o Título Profissional de TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES,
por haver concluído no primeiro período letivo de 2011 o Curso Técnico com habilitação em
Edificações, da área profissional Construção Civil, registrado no Cadastro Nacional dos Cursos Técnicos
sob o nº 23.000961/2003-04.
Fundamentação Legal: Lei nº 9.394 de 20/12/96, Decreto nº 5.154 de 23/07/04.

Florianópolis, 11 de agosto de 2011.


Maurício Gariba Junior
Diretor Geral do Campus Florianópolis
Portaria nº 399 de 08/04/2011
Publicada no D.O.U. em 11/04/2011


Gabriela B. Rodrigues
Titular do Diploma


Raquel Silva Cactano
Coordenadora do Registro Geral em
exercício
Portaria nº 929 de 06/07/2011

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/337679469>

AS CONTRIBUICOES DA ARQUITETURA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO

Conference Paper · September 2019

CITATION

1

READS

716

2 authors:



[Gabriela Vargas Rodrigues](#)

Universidade Federal da Paraíba

10 PUBLICATIONS 5 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)



[Lizandra Garcia Lupi Vergara](#)

Federal University of Santa Catarina

199 PUBLICATIONS 365 CITATIONS

[SEE PROFILE](#)

RODRIGUES, Gabriela Vargas

Mestre em Arquitetura e Urbanismo – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

VERGARA, Lizandra Garcia Lupi

Doutora em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

AS CONTRIBUIÇÕES DA ARQUITETURA NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL PARA A INCLUSÃO DA CRIANÇA COM AUTISMO

INTRODUÇÃO

O direito à educação já foi privilégio exclusivo de uma classe dominante por muitas décadas. Com a modernidade o interesse em tornar crianças com deficiência ou transtornos cidadãos independentes vem sendo intensificado com ambientes destinados à sua inclusão na escola e sociedade. As escolas precisam auxiliar para com as necessidades dos alunos, proporcionando assim uma maior participação (DÉOUX, 2010). O arquiteto deve desenvolver espaços que atendam as necessidades de seus usuários, sendo a intervenção na arquitetura fundamental para que a criança se sinta confortável e segura, pois, segundo a autora “a escola é o primeiro espaço de vivência pública da criança e é onde se constrói a condição de cidadão de cada indivíduo” (DISCHINGER et al., 2004, p.11). Porém, por conta da realidade de ensino no Brasil, a aplicação da inclusão torna-se uma tarefa um pouco complicada, visto que seria necessária uma reforma educacional em grande escala, capacitação dos profissionais envolvidos, intervenções arquitetônicas e na infraestrutura das escolas dentre vários outros fatores. Diante destes fatores, este estudo teve como objetivo apontar a percepção de pais e responsáveis por crianças com TEA de seus filhos em relação a arquitetura sensorial.

MATERIAL E MÉTODOS

Como procedimentos técnicos adotados, primeiramente foi realizada uma pesquisa bibliográfica, buscando as interferências arquitetônicas sensoriais aplicadas a crianças com TEA, e como que este se relaciona com o ambiente. Num segundo momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com os pais ou responsáveis de crianças com TEA, buscando entender como essas crianças se relacionam com ao ambiente construído – a escola. As

respostas foram registradas com o auxílio de gravador e posteriormente transcritas, de modo a permitir a Análise de Conteúdo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre aspectos apontados pode-se confirmar que os estímulos sensoriais afetam o comportamento da criança com autismo, essa relação também comprovada pelos estudiosos (MOSTAFA, 2008) (SÁNCHEZ; VELÁZQUEZ; SERRANO, 2011). Pode-se perceber que os estímulos sensoriais mais apontados pelos participantes foram os estímulos auditivos, como: problemas em relação à acústica das escolas (que podem ocasionar eco), barulhos externos e internos à sala de aula, apito, sinal. Os estímulos sensoriais também podem ser realçados positivamente, conforme Mostafa (2008), a interação sensorial possibilita a organização de ideias e informações, promovendo a habilidade de relacionar estímulos diferentes. Na terapia desenvolvida por Ayres há um auxílio na estimulação da capacidade do cérebro de reparar e pretende entre outras habilidades, auxiliar a concentração, a atenção, a audição, o equilíbrio, a compreensão, a coordenação e o controle de impulsividade. Enfim, é correto afirmar que a presença do aluno com TEA em sala de aula, é um desafio. Porém, é indispensável que o educador, arquitetos e responsáveis façam observações constantes, aprendizagens contínuas e, a cada dia, incertezas que nos instigam a buscar novos meios de ensinar e aprender com ele. Conhecer suas limitações nas áreas específicas do conhecimento também é preciso, no sentido em que precisamos priorizar às suas potencialidades, estabelecendo objetivos e metodologias mais eficazes e flexíveis, que variem de acordo com a necessidade de cada criança.

CONCLUSÃO

O estudo teve como objetivo investigar a percepção dos pais e responsáveis por crianças com autismo sobre a escola onde seus filhos estão inseridos, apresentando as dificuldades observadas pelos mesmos. Neste sentido, constatou-se à falta de atenção de arquitetos à

acústica dos ambientes educacionais, e também, por parte de políticas educacionais como a utilização do sinal como sistema de sinalização prejudicial ao processo de inclusão.

REFERÊNCIAS

DÉOUX, Suzanne. **Bâtir pour la santé des enfants**. Editora: Medieco Éditions, 2010.

DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena Moro; BORGES, Moona Michele Haleiros da Cunha. **Manual de Acessibilidade Espacial para Escolas: o direito à escola acessível!** Brasília: MEC/Secretaria de Educação Especial, 2009.

MOSTAFA, Magda. An Architecture for Autism: Concepts of Design Intervention for the Autistic User. **Archnet-IJAR, International Journal of Architectural Research**. Vol. 2, 1, pp. 189-204, 2008.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz; VELÁZQUEZ, Francisco Sagado; SERRANO, Laureano Albaladejo. **Autism and the Built Environment**. Universidad de Murcia e Universidad Politécnica de Cartagena Spain: 2011.

See discussions, stats, and author profiles for this publication at: <https://www.researchgate.net/publication/363279520>

COSTURA SOBRE PROJETO PARA AUTISMOS: PESQUISAS RECENTES E TEORIAS

Conference Paper · September 2022

CITATIONS

0

READS

296

4 authors, including:



Gabriela Vargas Rodrigues

Universidade Federal da Paraíba

10 PUBLICATIONS 5 CITATIONS

SEE PROFILE



Carlos A Nome

Universidade Federal da Paraíba

28 PUBLICATIONS 72 CITATIONS

SEE PROFILE

COSTURA SOBRE PROJETO PARA AUTISMOS: PESQUISAS RECENTES E TEORIAS

RODRIGUES, Gabriela Vargas

Universidade Federal da Paraíba, Brasil, <https://orcid.org/0000-0001-6263-4760>
vargasrodriguesgabriela@gmail.com

NOME, Carlos Alejandro

Universidade Federal da Paraíba, Brasil, <https://orcid.org/0000-0003-1483-6979>
carlos.nome@gmail.com

SILVA, Renato Fonseca Livramento da

Universidade Federal da Paraíba, Brasil, <https://orcid.org/0000-0002-1714-775X>
fonsilva3@hotmail.com

RESUMO

Este artigo apresenta uma revisão bibliográfica de pesquisas recentes e teorias abordadas sobre a relação projeto usuário autista. Objetiva-se fomentar a discussão sobre o tema para contribuir na construção de um diálogo mais próximo entre a arquitetura e o usuário, capaz de interpretar melhor os desejos e anseios dos habitantes. O trabalho reflete sobre as teorias abordadas pelos autores levando em consideração a participação do usuário autista no processo de projeto para a sua adequação às características e necessidades do mesmo, conforme preceitos da acessibilidade. Dentre as teorias, enfatiza-se a teoria da percepção e a teoria da integração sensorial, que posteriormente foram aplicadas no Design Sensorial e na Abordagem Neurotípica. Enfatizando o princípio de projetar para o indivíduo, o estudo apresenta provocações para uma possibilidade de intensificar estudos na área do ambiente construído para o indivíduo autista. Por fim, aponta que o discurso acadêmico que ainda se propaga é baseado no discurso médico sobre a deficiência, e que, apesar da existência do paradigma “nada sobre nós sem nós” pouco se vê (ouve) da voz da pessoa autista no processo projetual de seu interesse, sendo comum a participação de pais e profissionais neste diálogo.

PALAVRAS CHAVE

Arquitetura; Pessoa Autista; Projeto.

INTRODUÇÃO

As famílias que possuem um ou mais indivíduos com Autismo frequentemente enfrentam dificuldades em conceber espaços adequados para a saúde e bem-estar deste e sua família dentro do ambiente doméstico. Reconhece-se, inicialmente, que o contexto físico e social, no qual o sujeito habita e interage no seu cotidiano, possui uma significativa influência sobre o usuário (Moser, 1998). Da mesma forma, ao habitar e se apropriar de certo local, o indivíduo transforma e atua sobre este espaço. É neste contexto, que se pretende investigar uma forma de conseguir ouvir, compreender e relacionar conceitos invocados pelos usuários em variáveis de projeto.

O autismo é uma condição permanente, isto é, acompanha o indivíduo por toda a vida. Autistas apresentam características que diferenciam sua percepção, limitando, muitas vezes, o seu conhecimento do mundo. Não compreendem facilmente a partir do todo, costumam focar nos detalhes. Apresentando distúrbios que provocam uma confusão na percepção das informações e na interpretação dos sentidos, o mundo passa a ser uma fonte de ruídos, odores e poluições visuais, ou seja, um cenário caótico, que pode causar insegurança e instabilidade (Vergara, Troncoso, & Rodrigues, 2018). Então, estudos sobre percepção e integração sensorial são estudados para uma arquitetura mais amigável para o autismo.

O contexto onde as pessoas autistas são inseridas apresenta as qualidades relacionadas ao seu cotidiano. Isso compreende pelo menos três níveis diferentes de ambientes: o social próximo, os vizinhos, comunidade, a escola; o social imediato, incluindo o indivíduo e seus familiares; o sociocultural que envolve a população em geral, a cultura, as leis, normas. Esses espaços são importantes para autistas, pois são nestes lugares que se apresentam as chances de ascensão do bem-estar (Antunes, 2007).

Arquitetos têm como dever discutir as relações entre pessoa-ambiente e aplicar diretrizes necessárias para a construção de um espaço adaptado às pessoas. Quando se trata do indivíduo autista surgiram alguns critérios e teorias, sendo estas apresentadas nos próximos capítulos.

TEORIAS E APLICAÇÕES

Este tópico se propõe a apresentar teorias que se utilizam da percepção sensorial comumente aplicadas a projetos amigáveis para pessoas autistas para responder a algumas das alterações no neurodesenvolvimento do usuário. Sendo estas apresentadas pela American Psychiatric Association (APA) como: dificuldades em desenvolver e iniciar interações espontâneas com pares; ausência de reciprocidade social; déficits expressivos na comunicação não verbal e verbal usadas para interação social; e padrões atípicos restritos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, tais como maneirismos motores e/ou verbais, hiper ou hipo reatividade a estímulos sensoriais, incluindo desorganização emocional e sensorial na quebra de rotinas (APA, 2013).

TEORIA DA PERCEPÇÃO SENSORIAL

Para Merleau-Ponty (1994), antes de pensar o mundo, estamos no mundo e, nessa condição, “precisamos reconhecer o indeterminado como um fenômeno positivo” (Merleau-Ponty, 1994, p. 27). Gibson iniciou sua trajetória com vínculos behavioristas, passou, então, para a investigação psicofisiológica da visão (1950), fase também ultrapassada pelo estudo dos sentidos considerados como sistemas perceptivos (1966) que, por fim, o conduziu à sua teoria ecológica da percepção.

A teoria de percepção sensorial de Gibson (1966) colabora para o entendimento de como nossos sentidos funcionam como sistemas interligados para obter informações sobre o mundo. O autor cita que as informações podem ser obtidas com qualquer um dos sistemas perceptivos sozinhos, ou por meio de qualquer combinação entre eles (Gibson, 1966).

Contra quaisquer formas de dualismo entre mente/matéria e mente/corpo, para a ecologia perceptiva proposta por Gibson (1966) há múltiplos níveis de realidade e a percepção resulta de fatores evolutivos e adaptativos a vários tipos de ambiente. Ela se dá num continuum sensório em que não há como separar do seu entorno aquele que percebe.

Gibson (1966) e Merleau-Ponty (1994) indicam um tipo de significação perceptiva, próprio da ocorrência do ciclo percepção-ação de um corpo em um meio específico. É relevante observar que Gibson, ao argumentar em favor de uma significação própria da percepção de primeira mão, não rejeita a possibilidade de um tipo de significação que ocorra utilizando mediações. Ao contrário, tal autor afirma que o caso de um tipo de significação indireta, mediada por representações, pode ser descrito adequadamente como de segunda mão, ou seja, com um nível maior de recorrência consensual no operar do organismo em seu meio. Compreendendo o funcionamento da teoria da percepção e a relação pessoa-ambiente, trata-se aqui de frisar que as percepções são compreendidas de maneiras diferentes de pessoa para pessoa e que, não seria diferente para as pessoas dentro do espectro.

TEORIA DA INTEGRAÇÃO SENSORIAL

De acordo com Ayres e Robbins (2005) a teoria da integração sensorial descreve o processo pelo qual as pessoas registram, modulam e discriminam as sensações recebidas por meio dos sistemas sensoriais, para assim produzir comportamentos adaptativos intencionais em resposta ao ambiente. Ainda segundo os autores, a integração sensorial é um processo em que a sensação do próprio corpo e do ambiente é organizada no cérebro e torna possível o uso do corpo eficientemente em qualquer ambiente apresentado. O cérebro interpreta, associa e unifica todas as sensações para, então, saber o que fazer, como fazer e assim desenvolver atividades com propósitos (Ayres & Robbins, 2005).

Esta teoria é comumente utilizada pelos terapeutas ocupacionais em seu trabalho com crianças com alterações de desenvolvimento, de aprendizagem ou de comportamento. O perfil sensorial pode fornecer informações sobre as habilidades de processamento sensorial de crianças autistas para auxiliar os terapeutas ocupacionais na avaliação e planejamento de intervenção para essas crianças (Kientz, Dunn, 1997). Um dos aspectos metodológicos mais relevantes para a determinação destes fatores é a utilização de instrumentos de avaliação padronizados que permitem avaliar a eficácia de uma intervenção e orientam o terapeuta na decisão das suas intervenções (Gomes et al., 2016).

Em 1997, a terapeuta ocupacional Winnie Dunn, elaborou um modelo teórico embasado nos princípios da Teoria da Integração Sensorial (Dunn, 2017). Com o trabalho intitulado *Sensory Profile*, têm sido referência em estudos e intervenções sobre o processamento sensorial e contribuído para a compreensão das desordens sensoriais presentes em autistas (Mattos, 2014). No Brasil os formulários que compõem o “*Sensory Profile 2*”, foram traduzidos de forma cuidadosa e especializada para o português “*Perfil Sensorial 2*” (Dunn, 2017). Este instrumento de avaliação do processamento sensorial corrobora com a importância do processamento sensorial no desenvolvimento apropriado do indivíduo.

Estudos e teorias em relação ao ambiente construído e autismo se opuseram entre si, dando luz para a divisão do tema em duas categorias: a abordagem Neurotípica e a Teoria do design sensorial. Para se aproximar destas teorias é necessário compreender de que forma são entendidas a percepção sensorial (Gibson, 1966) e a teoria da integração sensorial proposta por Ayres e Robbins (2005).

DESIGN SENSORIAL

Concentra-se na criação de um ambiente sensorial controlado que faz com que autistas se sintam confortáveis, facilitando assim a aquisição de habilidades, surge como uma solução melhor no curto prazo, mas em alguns casos (Pomana, 2015). Ou seja, a teoria supõe que, alterando o ambiente construído a partir de intervenções de design específicas, o comportamento autista pode ser alterado positivamente (Mostafa, 2008).

A Teoria do Design Sensorial estipula que a alteração favorável do ambiente sensorial pode ser conducente ao comportamento autista positivo e construtivo, particularmente em ambientes de aprendizagem. Baseado em uma pesquisa clínica publicada pela primeira vez em 2008, a Sensory Design Theory apresenta uma ferramenta adaptável que atua como um catalisador para o desenvolvimento de critérios de projeto arquitetônico para ambientes arquitetônicos com base em suas qualidades sensoriais em resposta a necessidades de autistas (Mostafa, 2008). Embora aparentemente prescritivo, permite diferentes níveis de aplicação e defende a criação de uma variedade de zonas de estímulo para responder tanto a atividades diferentes e diferentes níveis de habilidade de seus usuários. Semelhante à abordagem neurotípica, aborda a questão da generalização de habilidades, evitando a sobrecarga sensorial, desde os altamente adaptados até os típicos, para permitir o desenvolvimento gradual de habilidades (Mostafa, 2008).

Testada empiricamente, as evidências preliminares parecem indicar que autistas mostram maior atenção, resposta mais rápida tempo e melhora do temperamento comportamental através da aplicação da Teoria do Design Sensorial. Embora mais pesquisas sejam necessárias para investigar o escopo e a longo prazo efeitos desta abordagem, é, no entanto, uma das poucas teorias de pesquisa baseadas em evidências abordando arquitetura para o autismo (Henry, 2012).

ABORDAGEM NEUROTÍPICA

Em contraste com a teoria do design sensorial, a Abordagem Neurotípica não tem nenhuma evidência empírica de sua eficácia (Pomana, 2014). Embora isso seja definitivamente a favor do primeiro método de design, os resultados ainda precisam ser descobertos em relação às instalações de tratamento neurotípicas. Por não estar diretamente envolvido no processo das sessões de terapia, esse método de design não tem impacto no processo de aprendizagem, mas sim no desenvolvimento geral das habilidades (Pomana, 2014).

A abordagem neurotípica se concentra na capacidade de autistas em se adaptarem a diferentes cenários da vida cotidiana, enquanto a abordagem da integração sensorial está centrada na promoção de um ambiente sensorial controlado, confor-

tável para autistas e no desenvolvimento de habilidades úteis.

Apesar disso, Wolfensberger et al. (1972), defendem o “Princípio da Normalização” onde pessoas com deficiências deveriam ser introduzidas ao meio mais “normal” possível, ou seja, deveriam ser inseridas na comunidade. Sendo que a teoria neurotípica utiliza uma abordagem centrada na integração das situações do cotidiano. Seu foco encontra-se muito mais em adaptar a pessoa no contexto da vida cotidiana das pessoas neurotípicas (pessoas não-autistas) que na capacidade de adquirir habilidades e conhecimentos que essas pessoas possuem. Nessa abordagem, o ambiente construído reproduz ambientes normalmente encontrados em situações reais, ou seja, com grandes níveis de estímulos sensoriais com intuito de estimular pessoas neurodiversas a se familiarizar com esses espaços e situações normalmente encontrados na sociedade.

Alguns métodos de normalização mais conhecidos baseados nessas teorias levam em consideração a participação do ambiente físico no tratamento, como o TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped Children).

Em uma visão geral, a Teoria do Design Sensorial surge como uma solução melhor no curto prazo, mas em alguns casos, a abordagem Neurotípica pode vir como um método melhor se pensarmos nos resultados de longo prazo (Pomana, 2014).

PESQUISAS RECENTES

De maneira concisa, serão apresentadas aqui algumas pesquisas que compartilham da temática arquitetura e urbanismo e design e Autismo e contribuíram para apoiar reflexões e levantar questionamentos sobre métodos aplicados para o processo projetual do arquiteto.

PUBLICAÇÕES SOBRE ELABORAÇÃO DE FERRAMENTAS DE PROJETO		
AUTOR(ES) - ano/título	TIPO DE PUBLICAÇÃO	MÉTODOS
Ahrentzen & Steele (2009). Advancing Full Spectrum Housing: Design for Adults with Autism Spectrum Disorders	Guia de projeto de residências para adultos com TEA.	Formulário para coleta de dados, visitas às moradias, entrevistas, estudo de caso e consulta bibliográfica.
Braddock & Rowell (2011). Making Homes that Work	Guia prático para adequação de residências onde vivem indivíduos com TEA.	Questionário para cuidador, avaliação ambiental e plano de ação para intervenção no ambiente.

Brand, Gheerawo & Valfort (2010). Living in the Community: housing design for adults with autism	Guia de boas práticas no projeto de residências para pessoas com TEA.	Entrevistas com adultos com TEA, cuidadores, psicólogos e arquitetos. Visitas a 7 residências para observação e entrevistas.
Mostafa (2014a). Architecture for autism: Autism ASPECTSS™ in School Design	Artigo sobre aplicação do índice ASPECTSS™ em escolas.	Questionário e estudo de caso com a aplicação da teoria do projeto sensorial e do “The Autism ASPECTSS™ Design Index”, em uma escola no Cairo, Egito.
Mostafa (2014b). An Architecture for Autism: Application of the Autism ASPECTSS™ Design Index to Home Environments	Artigo sobre aplicação do índice ASPECTSS™ em residências.	Pesquisa qualitativa, pesquisas bibliográficas, depoimentos de familiares, entrevistas, grupos focais e aplicação do índice ASPECTSS™.
Mostafa (2015). Architecture for Autism: Built Environment Performance in Accordance to the Autism ASPECTSS™ Design Index	Artigo sobre a aplicação do índice ASPECTSS™ para a avaliação de ambientes construídos existentes.	Estudo de caso – Avaliação de 5 escolas com intervenções no ambiente, questionários para professores e arquitetos. Aplicação do índice ASPECTSS™.
Gaines, K., Bourne, A., Pearson, M., & Kleibrink, M. (2016). Designing for autism spectrum disorders.	Guia de projeto de residências para pessoas com TEA.	Baseado em reunião de artigos que associam arquitetura e autismo.
Mostardeiro, M. (2019). Design de interiores para crianças com TEA: proposta de framework para definição de requisitos de projeto.	Framework para definição de requisitos de projeto.	Revisão de literatura; Entrevistas; Observações.

TABELA 1

Publicações sobre a elaboração de ferramentas de projeto. Fonte: Elaborado pela autora com base na pesquisa de Mostardeiro (2019).

Com o objetivo fornecer uma plataforma em que arquitetos possam identificar e selecionar os recursos de design que melhor respondam às necessidades e aspira-

ções específicas de moradores com TEA, foi elaborado pelos autores Ahrentzen e Steele (2009), o “Advancing Full Spectrum Housing: Design for Adults with Autism Spectrum Disorders”, um guia de design para adultos com TEA (Mostardeiro, 2019).

Já Braddock e Rowell (2011) elaboraram o guia “Making Homes that Work” com objetivo de fornecer recomendações para o equilíbrio entre os suportes humanos tradicionais e as modificações nas residências para a adequação aos indivíduos com TEA (Mostardeiro, 2019).

Brand, Gheerawo & Valfort (2010), realizaram uma revisão de trabalhos publicados sobre a natureza e as complexidades do processamento sensorial, pesquisas comportamentais e arquitetônicas sobre o ambiente construído e seus efeitos sobre autistas. Consultaram trabalhos biográficos de pessoas com TEA. Um grupo de referência de especialistas foi criado com o intuito de fornecer orientação e apoio ao projeto, ampliar sua perspectiva e avaliar suas descobertas e resultados. Foram realizadas entrevistas com adultos com TEA, cuidadores, psicólogos e arquitetos. E sete casas para adultos com TEA foram visitadas para observar como os residentes usam e respondem aos seus ambientes, ver como os cuidadores interagem com eles e realizar entrevistas contextuais (Mostardeiro, 2019).

Em 2014, a pesquisadora Magda Mostafa realizou um estudo de caso que objetivou na aplicação da teoria do Teoria do Design Sensorial que estipula uma ferramenta adaptável e atua como um catalisador para o desenvolvimento de critérios de projeto arquitetônico em resposta às necessidades sensoriais de crianças autistas. Este modelo é composto por uma matriz baseada em dois eixos: áreas sensoriais e atributos da arquitetura que podem ser manipulados para acomodar várias necessidades sensoriais. Como resultados foram desenvolvidas diretrizes de projeto com relação ao contexto e comunidade, zoneamento, circulação e segurança contra incêndio (Mostafa, 2014a).

Posteriormente a isso, a autora desenvolveu o “Autism ASPECTSS™ Design Index”, que se trata de um índice elaborado para ser usado como uma ferramenta de avaliação de ambientes construídos, identificação de questões de inclusão e consequente proposta de soluções de projeto para ambientes inclusivos para o autismo (Mostafa, 2015). O índice é composto por sete critérios facilitadores de projeto de ambiente para indivíduos com TEA, sendo eles: acústica, sequenciamento espacial, espaço de fuga, compartimentação, espaços de transição, zoneamento sensorial e segurança.

O guia de Gaines et al., 2016, traz uma aproximação de artigos científicos, literaturas e aplicação na relação arquitetura para autistas. Aborda as teorias fundamentadas para embasamento de escolhas projetuais, conceitos de interação pessoa-ambiente e aborda considerações de projeto para o TEA, apresentando aplicações no ambiente doméstico para diversas faixas etárias.

Por fim, Mostardeiro (2019), desenvolveu um framework para orientar na definição de requisitos de projeto de interiores, útil aos profissionais que intentem trabalhar com projetos de ambientes para crianças com TEA, resgatando o princípio de projetar para o indivíduo. Mostardeiro (2019) utilizou-se da Teoria da Integração Sensorial para elaborar um protocolo que possibilitasse a identificação das necessidades da criança autista em relação aos estímulos do ambiente construído. A apli-

cabilidade dos procedimentos adotados neste framework foi avaliada por seis designers de interiores. O resultado da pesquisa da autora foi a criação do framework para orientar na definição de requisitos de projeto de interiores, útil aos profissionais que intentem trabalhar com projetos de ambientes para crianças com TEA, resgatando o princípio de projetar para o indivíduo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo espera contribuir com a sensibilização de arquitetos e designers em considerar métodos de participação dos usuários autistas em todas as etapas do projeto arquitetônico, oferecendo a escuta para ouvir a voz daqueles que dificilmente se apresentam como usuários finais do projeto. Todos eles merecem habitar em um ambiente funcional, com segurança e conforto, que respeite espacialmente a territorialidade e a privacidade do indivíduo.

Apesar de diversos esforços de autores no mundo inteiro sobre o tema, pouco se percebe da participação integral do indivíduo autista no processo de projeto. O que pode ser corroborado com Ortega (2009) que cita em seu artigo que na contramão do discurso médico, de que há de se encontrar cura para o autismo, a academia inicia movimento “nada sobre nós sem nós” que é composto basicamente por pesquisadores “deficientes”. O autor ainda cita que não significa que pesquisadores “devam se encontrar eles mesmos dentro do espectro do transtorno, mas de que na tomada de decisões, na auto-organização social e política do movimento estejam portadores do transtorno” (Ortega, 2009, p. 71).

Com isso, pôde-se concluir que ainda existe uma lacuna não explorada quando citamos a participação do usuário autista dentro do processo projetual, ficando este, apenas envolvido nas partes iniciais do projeto. Sendo que o projeto arquitetônico o principal meio de ligação da relação indivíduo autista e sociedade, de que forma a arquitetura poderia ser mais amigável e menos capacitista?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ahrentzen, S., Steele, K. (2009). *Advancing Full Spectrum Housing: Design for Adults with Autism Spectrum Disorders*. Phoenix / Tempe.
- Antunes, K. C. V. (2007). *Uma leitura sociológica da construção do espaço escolar à luz do paradigma da educação inclusiva* (Doctoral dissertation, Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. 98 f).
- Ayres, A. J., Robbins, J. (2005). *Sensory Integration and the Child: Understanding Hidden Sensory Challenges*. Los Angeles: WPS.
- Braddock, G., Rowell, J. (2011). *Making Homes that work - A Resource Guide for Families Living with Autism Spectrum Disorder + Co-occurring Behaviors*, Oregon.
- Brand, A. (2010). *Living in the Community: housing design for adults with autism*. Disponível em: http://www.rca.ac.uk/documents/390/Living_in_the_Community.pdf. Acesso em jun. 2021.
- Dunn, W. (2017). *Perfil Sensorial 2*. São Paulo: Pearson.
- Gaines, K., Bourne, A., Pearson, M., & Kleibrink, M. (2016). *Designing for autism spectrum disorders*. Routledge.
- Gibson, J. J. (1950). *The perception of the visual world*. Houghton Mifflin.

- Gibson, J. J. (1966). *The senses considered as perceptual systems*. Houghton Mifflin.
- Gomes, M. D., Fernandes, P., Dixe, M. D. A., Pinto, B., Sousa, M., & Batista, S. (2016). Translation and Cross-cultural Adaptation to Portuguese of the Sensory Processing Measure-Preschool (SPM-P). *Research and Networks in Health*, 1(2), 1-6.
- Henry, C. (2012). Architecture for autism: architects moving in the right direction. *Arch Daily*, January 5th.
- Kientz, M. A., & Dunn, W. (1997). A comparison of the performance of children with and without autism on the Sensory Profile. *American Journal of Occupational Therapy*, 51(7), 530-537.
- Li, D., Larsen, L., Yang, Y., Wang, L., Zhai, Y., & Sullivan, W. C. (2018). Exposure to nature for children with autism spectrum disorder: Benefits, caveats, and barriers. *Health & place*, 55, 71-79. <https://doi.org/10.1016/j.healthplace.2018.11.005>
- Mattos, J. C. (2014). Tradução para o português do Brasil e adaptação cultural do Instrumento de Avaliação do Processamento das Habilidades Sensoriais-Sensory Profile (Dunn, 1999). (Dissertação (Mestrado em Distúrbios do Desenvolvimento) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2014. 68 f).
- Merleau-Ponty, M. (1994). *Fenomenologia da percepção* (CAR Moura, trad.). São Paulo.
- Moser, G. (1998). Psicologia ambiental. *Estudos de psicologia (Natal)*, 3(1), 121-130.
- Mostafa, M. (2008). AN ARCHITECTURE FOR AUTISM: CONCEPTS OF DESIGN INTERVENTION FOR THE AUTISTIC USER. *International Journal of Architectural Research-IJAR*, v. 2, n. 1, p. 189–211.
- Mostafa, M. (2014a) Architecture for autism: Autism aspectss in school design. *International Journal of Architectural Research-IJAR*, v. 8, n. 1, p. 143–158.
- Mostafa, M. (2014b) An Architecture for Autism: Application of the Autism ASPECTSSTM Design Index to Home Environments. *The International Journal of the Constructed Environment*, v. 4, n. 2.
- Mostafa, M. (2015). Architecture for Autism: Built Environment Performance in Accordance to the Autism ASPECTSSTM Design Index. *Design Principles and Practices*, v. 8, n. july.
- Mostardeiro, M. (2019). Design de interiores para crianças com TEA: proposta de framework para definição de requisitos de projeto. (Dissertação (Mestrado em Design) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. 345 f).
- Ortega, F. (2009). Deficiência, autismo e neurodiversidade. *Ciência & saúde coletiva*, 14, 67-77.
- Pomana, A. (2015). Design Approach for Autism Treatment Centers. *Transdisciplinarity and Communicative Action*, 585.
- Vergara, L. G. L., Troncoso, M. U., & Rodrigues, G. V. (2018, maio). ACESSIBILIDADE ENTRE MUNDOS: uma arquitetura mais inclusiva aos autistas. *Anais do VII Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído / VIII Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral*, Fortaleza, CE, Brasil, 2018.
- Wolfensberger, W. P., Nirje, B., Olshansky, S., Perske, R., & Roos, P. (1972). The principle of normalization in human services.